

SEXUALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES: O CASO BRASILEIRO

MARIA CRISTINA ARANHA BRUSCHINI*

RESUMO

O problema da sexualização das ocupações, no Brasil, é focalizado através do exame das transformações ocorridas na composição da força-de-trabalho não-agrícola brasileira, no período 50-70, verificando o impacto ocasionado pelo crescimento econômico dependente sobre a alocação da força-de-trabalho por sexo.

Através da comparação de dados censitários de 1950 e de 1970 referentes à participação de homens e de mulheres na estrutura ocupacional e nos diversos setores de atividade econômica, constata-se o aumento da segregação ocupacional no período considerado.

A análise dos dados indica que, apesar da participação feminina na força-de-trabalho brasileira ter aumentado, no período analisado, a expansão do emprego feminino continua a se concentrar em reduzido número de ocupações, tradicionalmente femininas, no setor terciário, ao mesmo tempo em que a expulsão da mulher das atividades industriais tem sido um fenômeno constante e significativo.

ABSTRACT

Occupational segregation in Brazil is analysed focusing Brazilian urban labour force transformations in the period 1950-1970 and the impact of dependent economic growth on the allocation of labour force by sex.

1950 and 1970 Census data referring to men and women participation on the occupational structure and on the economic activities sectors show increased occupational segregation during focused period.

Data reveal that, although women participation in Brazilian labour force has increased in the last decades, females still concentrate in few traditionally feminine occupations, specially on the tertiary sector. Another important fact during this period is women's gradual exclusion from industrial activities.

INTRODUÇÃO

Ainda que seja uma noção amplamente aceita, também para o Brasil, de que a participação da mulher na força-de-trabalho aumentaria gradativamente com o desenvolvimento econômico, é bastante questionado, pelos estudiosos do trabalho feminino, o efeito real desse desenvolvimento, em especial o da industrialização, sobre a absorção da mulher por atividades econômicas fora da esfera doméstica. Blay (1972, 1978), por exemplo, acredita que a industrialização, na verdade, trouxe como consequência o alijamento da mulher do mercado de trabalho, sobretudo após

sua instalação definitiva no Brasil, a partir de 1950. É bem verdade que o trabalho em sociedades industrializadas ou em processo de industrialização dispensa certas camadas de trabalhadores, na medida em que os mais jovens passam a permanecer mais tempo em atividades escolares, enquanto o desenvolvimento de uma infra-estrutura mais adequada de previdência social permite a dispensa dos mais velhos. Se processo semelhante ocorresse para o caso do sexo feminino, nada haveria de negativo. No entanto, as mulheres ou são alijadas do mercado de trabalho ou são incorporadas progressivamente nas posições mais baixas da escala ocupacional, seja em termos de prestígio, seja no que se refere aos salários recebidos.

* Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

A composição interna do setor industrial, a princípio, teria sido favorável à absorção do trabalho feminino, dada a importância inicial relativamente maior das indústrias têxteis e de vestuário que tradicionalmente, sempre empregaram grande número de mulheres.

Esse fenômeno ocorreu na Europa, onde as mulheres, tradicionais bordadeiras, tecelãs e fiandeiras, foram tiradas de seus lares ou das pequenas oficinas

onde executavam essas tarefas e absorvidas pelas primeiras indústrias que surgiram no século XIX. Mais tarde, a rápida mecanização desses ramos industriais ocasionaria a liberação de parte dessa mão-de-obra (Sullerot, 1970). Além disso, transformações ocorridas na composição interna do setor industrial, aumentando a importância relativa de outros ramos industriais nos quais a mulher não se vê tão facilmente aceita, contribuíram para acentuar ainda mais esse fenômeno.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DEPENDENTE E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA FORÇA-DE-TRABALHO:

O desenvolvimento econômico altera a divisão social do trabalho, ao mesmo tempo que o processo de industrialização provoca fluxo constante de mão-de-obra da agricultura para outros setores da produção. Alguns teóricos chegam a afirmar que o nível de desenvolvimento de um país poderia ser medido pela porcentagem de pessoas que são encontradas na agricultura.

Devem-se distinguir dois estágios no processo de redivisão social do trabalho: em primeiro lugar as atividades de subsistência são substituídas por produtos manufaturados em casa, como o artesanato, por exemplo, com distribuição local. A seguir essas atividades, feitas em casa, são substituídas por empregos em fábricas modernas ou em grandes empresas. A migração do campo para a cidade resulta, dessa maneira, numa migração das atividades agrícolas para as não-agrícolas, o desenvolvimento econômico podendo ser entendido como um movimento em direção a atividades cada vez mais especializadas fora do âmbito doméstico (Madeira e Singer, 1975).

As tradicionais teorias do desenvolvimento, no entanto, que tomam como ponto de referência o desenvolvimento ocorrido nos países ocidentais capitalistas como os da Europa ou os Estados Unidos, presumindo a existência de um contínuo subdesenvolvido-desenvolvido ou tradicional-moderno, não explicam as transformações sociais dos países latino-americanos. Estas se processam com características próprias, com uma dinâmica específica, mais adequadamente compreendida a partir da teoria da dependência. Os países subdesenvolvidos da América Latina compoem a «periferia» de um sistema capitalista internacional, no qual as situações e as mudanças só podem ser entendidas à luz de um dinâmico interrelacionamento entre o dominador e o dependente. A relação é bastante complexa, porque há alguns setores do dependente (como os mercantis exportadores, financeiros e mesmo industriais) que se associam fora das estruturas dependentes com as estruturas dominantes, a nível de mercado internacional, ao mesmo tempo que segmentos das estruturas dominantes passam a atuar no interior das sociedades dependentes, ou seja,

no sistema interno de dominação. Para entender, portanto, as relações de dependência, é preciso analisar dominante e dependente em sua interrelação dinâmica. Um não é causa do outro, mas ambos interagem simultaneamente (Cardoso, 1969).

No processo de desenvolvimento dos países periféricos não se repetem, portanto, as etapas que caracterizaram a evolução do desenvolvimento dos países centrais. Enquanto a industrialização, nos países adiantados, se fez de forma autônoma, nos países dependentes ela se processou de tal forma «que o adiantado estágio técnico-econômico dos países centrais impõe certas normas que conduzem a um padrão de crescimento baseado em alta concentração de capital e pouca utilização de mão-de-obra» (Cardoso e Reyna, 1969, p. 106). Em consequência disso, o setor industrial absorve pouca mão-de-obra, enquanto o setor de serviços experimenta grande crescimento, à medida que se reduz a população trabalhadora no setor primário. Na América Latina, a rápida expansão do terciário tem lugar desde o início do processo de industrialização. Assim, o que foi um efeito tardio da industrialização na Europa Ocidental e nos Estados Unidos — a formação de amplos setores terciários —, manifesta-se desde o início da industrialização na América Latina (Cardoso e Reyna, 1969). Dados sobre a participação da força-de-trabalho, por setor de atividade, mostram como isso ocorreu claramente no Brasil, no período de 50 a 70.

A observação da Tabela 1 revela que, apesar de uma considerável redução da população concentrada em atividades primárias, a natureza agrícola do país ainda era bastante acentuada até 1970. Por outro lado, pode-se verificar que a transferência do contingente alocado no setor primário se deu, principalmente, para o setor terciário da economia, enquanto o aumento da porcentagem da força-de-trabalho concentrada no setor industrial foi relativamente pequeno.

Esse processo assume características mais acentuadas no caso da mulher, o que pode ser observado pelo exame da Tabela 2, que desdobra, por sexo, os dados anteriormente apresentados.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA-DE-TRABALHO NO BRASIL, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1950-1970*

Setor de Atividade	1950	1970
Primário	60,2	44,6
Secundário	13,4	18,1
Terciário	26,4	37,3
TOTAL	100,0 (17.117.362)	100,0 (29.338.467)

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950, Tabela 26.

VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

* Tomando como ponto de referência a classificação dos ramos de atividade adotada pelo Censo de 1970 (p. XXXIII), foram feitas algumas reclassificações nos dados apresentados pelo Censo de 1950, a fim de que a comparação se tornasse possível.

- a) As atividades relativas à extração mineral (garimpeiros, mineiros, canteiros e marroeiros) foram incorporadas às atividades industriais, enquanto as ocupações relativas à extração vegetal, à caça e à pesca foram transferidas para o setor agrícola. Dessa maneira, em ambos os Censos, o **Setor Primário** inclui Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca, enquanto o **Secundário** ou de Atividades Industriais diz respeito a Extração Mineral, Indústrias de Transformação, Indústrias da Construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública.
- b) Os ramos de Comércio de Imóveis, Profissões Liberais e Atividades não compreendidas foram agrupados, no intuito de compor a categoria Outras Atividades tal como foi utilizada pelo Censo de 1970. Ainda que esse reagrupamento seja bastante questionável, ele se mostrou necessário para que os dados dos dois períodos pudessem ser comparados. Por outro lado, do setor

Outras Atividades adotado pelo Censo de 1970, foram eliminadas as pessoas que procuravam trabalho pela primeira vez, categoria essa inexistente no Censo de 1950. Foram também agrupados os ramos Administração Pública, Legislativo e Justiça e Defesa Nacional e Segurança Pública, utilizados pelo Censo de 1950, para compor o ramo Administração Pública, tal como utilizado na classificação de 1970. O **Setor Terciário**, neste trabalho, inclui portanto, os seguintes ramos: Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviços, Transportes, Comunicações e Armazenagem, Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades.

De fato, enquanto a população masculina concentrada, até 1950, em atividades agrícolas, se deslocou, no período 50 a 70, para a indústria e para o setor terciário, no caso da mulher o aumento do setor terciário que já era grande em 1950, se deu não apenas em função da redução do setor agrícola, mas também em decorrência de uma considerável diminuição de sua participação no setor secundário. Pode-se afirmar que, entre as mulheres, a concentração da força-de-trabalho no setor terciário é bem maior do que entre os homens, não só pelo maior número de oportunidades oferecidas ao sexo feminino nesse setor, mas também, em grande parte, devido às maiores oportunidades de trabalho que se apresentam ao homem no setor industrial.

É preciso, no entanto, analisar o comportamento do setor terciário com muita cautela, dada sua natureza extremamente heterogênea. Singer (1971) agrupou as atividades do terciário nas seguintes categorias:

- serviços de produção (comércio de mercadorias, comércio de imóveis, valores mobiliários, crédito etc... e transportes, comunicações e armazenagem);
- serviços de consumo individual (serviços pessoais, profissões liberais);

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA-DE-TRABALHO MASCULINA E FEMININA, NO BRASIL, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1950-1970

Setor de Atividade	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Primário	65,3	30,3	50,9	20,5
Secundário	13,1	15,6	20,1	10,4
Terciário	21,6	54,1	29,0	69,1
TOTAL	100,0 (14.609.798)	100,0 (2.507.564)	100,0 (23.218.065)	100,0 (6.120.402)

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1970, Tabela 26.

VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

— serviços de consumo coletivo (serviços governamentais e atividades sociais: educação, saúde, previdência social etc.).

Embora algumas dessas ocupações estejam ligadas à produção de bens materiais, sendo complementares a ela, na medida em que contribuem para sua elaboração e distribuição — como comércio, transportes e armazenamento —, a maior parte das atividades do terciário compõe-se de ocupações que prestam serviços ao consumidor e asseguram a reprodução do sistema capitalista.

É nessas ocupações, ligadas à produção de serviços e intimamente associadas a certas funções — assistência, socialização dos imaturos etc. — que o sexo feminino tem, tradicionalmente desempenhado na esfera doméstica, que a mulher encontra o maior número de oportunidades de emprego. Enquanto isso, o processo de socialização pelo qual passam os elementos do sexo feminino se encarrega de reforçar

ESTRUTURA DA FORÇA-DE-TRABALHO BRASILEIRA:

O problema da sexualização das ocupações no Brasil será focalizado através do exame das transformações ocorridas na composição da força-de-trabalho brasileira, no período compreendido entre 1950 e 1970, com o propósito de verificar o impacto que o crescimento econômico dependente teria ocasionado, principalmente, sobre a distribuição do trabalho por sexo.

Através da comparação de dados censitários de 1950 e de 1970, referentes à participação de homens e de mulheres nos diversos setores de atividade econômica, pretende-se verificar a hipótese de que as diferenças de participação na estrutura ocupacional, por sexo, teriam se acentuado ao longo do período considerado, levando a uma maior concentração do sexo feminino em pequeno número de ocupações, especialmente no setor terciário¹.

Ainda que o número de mulheres alocadas no setor agrícola seja considerável, segundo os dados do Censo (cerca de 800.000 em 1950 e perto de 1.300.000

uma suposta tendência, na mulher, de se encaminhar para o trabalho em ocupações consideradas «femininas», o que também contribui para garantir a continuidade da participação da mulher em pequeno número de ocupações.

Schmink (1977) acredita que a concentração de mulheres no setor de serviços provoca a falta de integração do sexo feminino no movimento trabalhista, agravada ainda por divisões internas entre as mulheres, por estarem empregadas em um setor que se caracteriza pela heterogeneidade. A situação da mulher na força-de-trabalho compõe-se também de um conjunto de outros fatores, que são típicos não apenas dos países dependentes, mas dos países capitalistas em geral: as diferenças de salários entre os sexos, a segregação, por sexo, das ocupações e a socialização da mulher, que define o trabalho para ela como uma atividade secundária. O enfoque deste trabalho recairá sobre o problema da segregação ocupacional por sexo, ou sexualização ocupacional.

em 1970), optou-se por limitar esta análise à população masculina e feminina não-agrícola incorporada à força-de-trabalho. Esta decisão pode ser explicada pela constante subestimação de que tem sido alvo a trabalhadora agrícola por parte das coletas oficiais de dados.

O baixo grau de confiabilidade nos dados do Censo referentes à população trabalhadora agrícola feminina tem sido apontado por vários autores. Madeira e Singer (1975) chamam a atenção para o fato de que o trabalho doméstico, mesmo quando não é indispensável, para algumas mulheres, é usado como uma justificativa ideológica para o excesso de mão-de-obra feminina que a força-de-trabalho não é capaz de absorver. Essa ideologia permearia a orientação das coletas oficiais, distorcendo muitas vezes os resultados, na medida em que privilegiaria, como ocupação principal da mulher, seus afazeres domésticos. Essa distorção seria muito mais grave no setor agrícola, no qual as tarefas desempenhadas pela mulher no campo não só são consideradas apenas auxiliares às do chefe da família, mas também se confundem com as tarefas domésticas, por estarem ambas intimamente interrelacionadas. Esse fato justificaria a omissão dessas mulheres enquanto categoria «trabalhadora agrícola».

¹ Essa hipótese foi confirmada, para a Venezuela, no período 1950-1970, por Marianne Schmink (1977), cujo artigo inspirou a realização deste trabalho, de natureza semelhante, para o caso brasileiro.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA-DE-TRABALHO NÃO-AGRICOLA MASCULINA E FEMININA, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1950-1970

Setor de Atividade	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Atividades Industriais	37,7	22,3	40,9	13,1
2. Comércio de Mercadorias	17,2	5,1	16,6	7,6
3. Prestação de Serviços	14,7	53,0	10,9	49,1
4. Transportes, Comunicações e Armazenagem	13,2	1,6	10,4	1,3
5. Atividades Sociais	4,0	13,4	4,2	20,3
6. Administração Pública	9,2	2,5	8,7	3,3
7. Outras Atividades	4,1	2,0	8,2	5,3
TOTAL	100,0 (5.066.808) *	100,0 (1.747.350) *	100,0 (11.385.366) *	100,0 (4.862.743) *

* Os números entre parênteses referem-se aos totais absolutos, excluindo as pessoas alocadas no setor de atividades agrícolas. Observe-se, comparando com a Tabela 4, que esses totais não correspondem inteiramente aos totais de pessoas por ocupação, excluindo as ocupações relativas à produção agrícola. Isso se deve ao fato de que, no setor agrícola, concentram-se também pessoas que não exercem ocupações relativas à produção agrícola, sendo dessa forma maior o número de pessoas eliminadas da análise por setor do que as que foram excluídas por ocupação.

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950; Tabela 26.

VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA-DE-TRABALHO BRASILEIRA POR SEXO:

As tabelas 3 e 4, apresentadas a seguir, indicam a distribuição dos trabalhadores masculinos e femininos não-agrícolas, respectivamente por setor de atividade e por categoria ocupacional, em 1950 e em 1970.

2 Para que os dados de ambos os Censos pudessem ser comparáveis, algumas adaptações foram feitas, além daquelas já mencionadas a respeito dos setores de atividade econômica. Em primeiro lugar, foi eliminada, dos dados referentes a 1970, a categoria «procurando trabalho pela primeira vez», uma vez que esta era inexistente no Censo de 1950. Em segundo lugar, tomando como referência o Censo de 1970, por ser mais recente e mais detalhado, transferiram-se algumas ocupações, nos dados de 1950, de uma categoria ocupacional para outra, somente quando, pelo nome e distribuição da ocupação, parecia suficientemente claro que ela tinha igual significado nos dois períodos. Isso foi feito, por exemplo, com os religiosos que, da categoria «outras ocupações», foram transferidos para o grupo das ocupações técnicas, científicas e afins, conforme o Censo de 1970. Igual procedimento foi adotado com os magistrados, os embaladores e expedidores, os atletas profissionais e os coletores e exatores, transferidos para a categoria ocupacional na qual são encontrados em 1970. Quando, porém, a ocupação descrita no Censo de 1950 não apresentava correspondente em 1970 (por exemplo, os despachantes) ou quando o número de indivíduos era muito pequeno e a correspondência duvidosa (por exemplo, leiloeiros e técnicos de publicidade), não se realizou nenhuma modificação.

O exame dessa tabela revela que, no período de 1950 a 1970, a porcentagem de mulheres concentradas em atividades industriais diminuiu acentuadamente (houve um decréscimo de 9,2%), enquanto, simultaneamente, houve um aumento da participação feminina no setor de Atividades Sociais, embora esse aumento não tenha sido equivalente àquele decréscimo. No setor de Prestação de Serviços ocorre ligeira diminuição, a par de aumento pouco significativo em Administração Pública e no setor Outras Atividades, que inclui comércio de imóveis e profissões liberais.

Em 1950, quase 90% da força-de-trabalho feminina não-agrícola participava de apenas três setores que, em ordem decrescente de importância, eram: Prestação de Serviços, Atividades Industriais e Atividades Sociais. Vinte anos depois as trabalhadoras continuam a se concentrar em apenas três ramos de atividade, porém ocorre uma importante alteração, invertendo-se a importância do setor industrial, que passa a ser superado pelo de Atividades Sociais.

No setor de Comércio e de Outras Atividades, houve ligeiro aumento da participação feminina (de 2,5% e 3,3% respectivamente) enquanto, no caso do sexo masculino, as mudanças ocorridas no período foram menos acentuadas. Os homens aumentaram sua

participação no setor industrial e no setor Outras Atividades, diminuindo-a na Prestação de Serviços. A participação masculina na força-de-trabalho era e continua sendo mais equilibrada do que a das mulheres. Mesmo levando em conta o fato de que cerca de 40% da força-de-trabalho não-agrícola masculina se concentra em Atividades Industriais, a participação masculina, excluindo o setor Atividades Sociais, é sempre considerável.

O exame da Tabela 4 chama a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que a participação dos homens permaneceu praticamente inalterada ao longo do período considerado, enquanto a das mulheres sofreu consideráveis transformações. Elas foram alijadas das ocupações industriais (houve um decréscimo de 12,3%), tendo sua participação aumentado nas ocupações técnicas, científicas e afins onde, aliás, essa participação já era grande em 1950, em comparação com a participação masculina.

Surpreendentemente, não houve aumento de força-de-trabalho feminina nas ocupações relativas à prestação de serviços, porém um aumento pode ser observado tanto nas ocupações administrativas como naquelas ligadas ao comércio.

Note-se ainda que a força-de-trabalho masculina apresenta distribuição muito mais equilibrada do que a das mulheres, dentro de cada período. A participação dos homens, que é mais intensa nas ocupações relativas à indústria, não é, porém, superior a 34% nessa categoria, em nenhum dos períodos.

A distribuição das mulheres é mais desigual, uma vez que mais de 40% delas se concentra em ocupações relativas à prestação de serviços, seguida por participação bem menor nas ocupações técnicas e científicas, nas industriais e nas administrativas.

É possível supor, pelos dados apresentados nas duas tabelas anteriores, que, entre 1950 e 1970, teria ocorrido um grande aumento no número de professoras e de enfermeiras, que vão trabalhar, sobretudo, no setor de Atividades Sociais. Menos intenso, porém não menos significativo, teria sido o incremento do número de secretárias, datilógrafas, balconistas ou

vendedoras, ocupações essas classificadas entre as administrativas e as ligadas ao comércio, que vão ser alocadas, principalmente, no setor de Comércio, de Administração Pública e de Outras Atividades. Segundo publicação do Ministério do Trabalho, a taxa de participação feminina entre os datilógrafos, taquígrafos, bibliotecários e documentalistas, em 1970, é de 57,2%, enquanto a de balconistas e vendedores, nessa mesma data, é de 20,3% (Brasil, Ministério do Trabalho, 1976, p. 91).

De todas as transformações sofridas pelas trabalhadoras não-agrícolas entre 1950 e 1970, a mais relevante, porém, diz respeito à diminuição relativa de mulheres nas ocupações ligadas à produção industrial. A participação feminina na indústria, que representava 18,6% da força-de-trabalho feminina global, em 1950, caiu para 11% em 1970, ao mesmo tempo que a dos homens subia de 12,6% para 17%, sem atingir, portanto, nível equivalente ao das mulheres em 1950.

Cardoso e Reyna (1969) enfatizam a importância do crescimento do setor industrial para os países latino-americanos e seus efeitos sobre a estratificação social. Formam-se camadas urbanas mais bem remuneradas e, ao lado de um setor operário com certa capacidade de consumo, cria-se também um setor de técnicos e de empregados em proporções geralmente significativas no setor secundário, o que indicaria certo movimento de ascensão social. O alijamento da mulher da indústria assume, dessa maneira, dimensão considerável, tendo em vista a importância não apenas econômica, mas também social, desse setor, para o desenvolvimento. A queda da participação da mulher na indústria se deve principalmente, à diminuição da importância relativa das indústrias têxteis e de vestuário, ramo tradicionalmente feminino, no conjunto do setor industrial. Enquanto 15,6% da força-de-trabalho feminina global se concentravam nesse ramo industrial, em 1950, apenas 8,9% passam a fazê-lo em 1970. Processo semelhante sofreu o ramo de alimentação e de bebidas, embora em proporção bem menos significativa. 2,7% da força-de-trabalho feminina, em 1950, trabalhavam em ocupações desse ramo industrial; apenas 0,3% das mulheres engajadas na força-de-trabalho, em 1970, continuam a fazê-lo.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA-DE-TRABALHO MASCULINA E FEMININA, NÃO-AGRICOLA, POR CATEGORIA OCUPACIONAL, 1950-1970

Categorias Ocupacionais	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Ocupações relativas à indústria (produção manufatureira, construção civil e extração mineral)	33,4	26,2	33,3	13,9
2. Ocupações administrativas	21,8	9,6	20,4	13,0
3. Ocupações técnicas, científicas e afins	3,7	10,9	4,8	17,0
4. Ocupações relativas ao comércio e atividades auxiliares	9,0	3,1	9,7	5,1
5. Ocupações relativas ao transporte e às comunicações	9,4	0,8	9,6	0,9
6. Ocupações relativas à prestação de serviços	2,9	41,9	2,1	41,8
7. Ocupações relativas à defesa nacional e segurança pública	3,5	0,0	3,9	0,03
8. Outras ocupações (*)	16,4	7,6	16,3	8,2
TOTAL	100,0 (5.513.782)	100,0 (1.779.801)	100,0 (11.596.575)	100,0 (4.870.029)

(*) Inclui apontadores e capatazes, aprendizes, contínuos, vigias e serventes, despachantes, guardas sanitários, lelloiros, lixeiros, operadores cinematográficos, trabalhadores braçais, sem especificação, outras ocupações ou ocupações mal definidas e sem declaração de ocupação, em 1950. Em 1970, inclui ascensoristas, aprendizes, capatazes, guardas sanitários, inspetores e fiscais, lixeiros, lubrificadores, observadores metereológicos e cinematográficos, operadores de máquinas exclusive na construção civil, porteiros, vigias e serventes, trabalhadores braçais, sem especificação, outras ocupações ou ocupações mal definidas e sem declaração de ocupação.

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA FORÇA-DE-TRABALHO MASCULINA E FEMININA NÃO-AGRICOLA, POR OCUPAÇÃO E POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1950-1970

Ocupação e Sexo	Setores de Atividade Econômica e Período												Total dos setores em cada categoria ocupacional				
	Atividades Industriais		Comércio de Mercadorias		Prestação de Serviços		Transportes, Comunicações e Armazenagem		Atividades Sociais		Administração Pública		Outras Atividades		1950	1970	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	
1. Ocupações Industriais	8,9	13,3	0,1	0,3	2,6	2,3	0,4	0,3	0,1	0,1	0,2	0,3	0,02	0,07	12,6	16,6	
Homens																	
Mulheres	11,4	6,0	0,2	0,2	6,9	4,7	0,0	0,01	0,1	0,05	0,02	0,03	0,05	0,01	18,6	11,0	
2. Ocupações Administrativas	1,1	2,0	2,7	3,5	0,5	0,8	0,4	0,3	0,2	0,3	0,5	0,8	0,5	1,5	8,2	10,2	
Homens																	
Mulheres	1,0	1,7	1,4	2,2	0,5	0,7	0,5	0,3	0,9	1,5	1,3	1,6	0,7	2,1	6,8	10,4	
3. Ocupações técnicas, científicas e afins	0,2	0,5	0,1	0,05	0,1	0,2	0,02	0,02	0,4	0,9	0,2	0,3	0,4	0,4	1,4	2,4	
Homens																	
Mulheres	0,1	0,2	0,05	0,03	0,2	0,2	0,0	0,008	6,8	12,7	0,2	0,3	0,4	0,2	7,7	13,6	
4. Ocupações relativas ao comércio e atividades auxiliares	0,3	0,4	2,7	3,8	0,2	0,3	0,0	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	3,4	4,8	
Homens																	
Mulheres	0,2	0,2	1,8	3,4	0,2	0,3	0,0	0,01	0,0	0,0	0,0	0,0	0,03	0,1	2,2	4,1	
5. Ocupações relativas ao transporte e comunicações	0,2	0,6	0,07	0,1	0,03	0,03	2,6	3,7	0,04	0,07	0,2	0,2	0,0	0,02	3,5	4,8	
Homens																	
Mulheres	0,03	0,05	0,0	0,01	0,01	0,02	0,5	0,6	0,01	0,04	0,01	0,02	0,0	0,03	0,6	0,7	
6. Ocupações relativas à prestação de serviços	0,02	0,03	0,0	0,003	1,0	1,0	0,0	0,009	0,03	0,02	0,01	0,02	0,0	0,0	1,1	1,0	
Homens																	
Mulheres	0,1	0,1	0,0	0,01	28,9	32,9	0,0	0,0	0,7	0,4	0,01	0,05	0,0	0,01	29,7	33,3	
7. Ocupações relativas à Defesa Nacional e Segurança Pública	0,02	0,007	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,01	0,0	0,0	1,3	1,9	0,0	0,0	1,3	1,9	
Homens																	
Mulheres	—	0,0	0,0	0,0	—	—	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,03	—	0,0	0,0	0,03	
8. Outras ocupações	2,1	3,3	0,3	0,5	0,5	0,6	1,0	0,7	0,5	0,7	0,6	0,7	0,4	1,7	6,2	8,9	
Homens																	
Mulheres	2,6	2,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,08	0,8	1,4	0,2	0,6	0,3	1,8	5,4	7,2	
Total das ocupações em cada setor	Homens	13,1	20,1	5,95	8,2	5,1	5,3	4,6	5,1	1,4	2,1	3,2	4,3	1,4	4,0	(14.609.798)	(23.218.065)
	Mulheres	15,6	10,4	3,6	6,0	36,9	39,0	1,1	1,0	9,3	16,2	1,8	2,6	1,4	4,2	(2.507.564)*	(6.120.402)*

* Os números entre parênteses indicam os totais da força-de-trabalho masculina e feminina de cada período, sobre os quais foram calculadas as percentagens.
Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

Uma comparação mais detalhada da alocação da força-de-trabalho por sexo, por ocupação e por setor, no espaço de vinte anos delimitado para este estudo, indica a ocorrência do fenômeno da segregação ocupacional pois, enquanto as mulheres se concentram em pequeno número de categorias, os trabalhadores do sexo masculino se espalham através de praticamente toda a estrutura ocupacional.

O exame da Tabela 5, além disso, mostra claramente que essa situação se intensificou de 1950 a 1970. A participação masculina era e continua sendo relativamente bem distribuída por ocupação e por setor de atividade econômica. É somente no setor industrial que se verifica concentração mais acentuada de trabalhadores, pois, 8,9 % da força-de-trabalho masculina estava alocada em ocupações industriais em 1950 e essa porcentagem ainda aumentou para 13,3 % em 1970. Além da indústria, apenas no comércio os homens atingem participação relativamente acentuada. De resto, as porcentagens em cada categoria são pequenas e indicam sua grande distribuição por toda a força-de-trabalho.

A segregação do sexo feminino na força-de-trabalho, ao contrário, pode ser evidenciada pela observação dos dados dessa tabela. Em 1950 as mulheres se concentravam, em porcentagem extremamente elevadas, se comparadas às do sexo masculino, em pequeno número de ocupações, notadamente naquelas relativas à prestação de serviços e nas ocupações técnicas, científicas e afins, no setor de Atividades Sociais. Vinte anos mais tarde a participação das trabalhadoras, que já era grande nessas ocupações, ainda aumenta e continua concentrada nas mesmas ocupações, que sofrem um incremento percentual bastante significativo. Exceto nessas categorias, apenas nas ocupações relativas ao comércio é que parece estar aumentando a participação da mulher. Por outro lado, em relação às atividades industriais, ocorre fenômeno inverso, pois a participação de mulheres em ocupações dessa categoria, que era elevada em 1950, cai quase pela metade nas décadas posteriores.

Em resumo, a concentração do sexo feminino em empregos domésticos, bem como em empregos de professoras, enfermeiras ou balconistas, aumentou no período analisado, ao mesmo tempo que diminuiu a concentração de mulheres em ocupações ligadas à produção industrial. De outra parte, pode-se também constatar que, nessa categoria, as diferenças entre os sexos se acentuaram, invertendo-se ao longo do tempo. As diferenças de participação entre os sexos também se acentuaram, de forma considerável, naquelas categorias — serviços e atividades sociais — onde a presença da mulher já era marcante em 1950. Apenas nas atividades ligadas ao comércio é que as diferenças por sexo parecem ter diminuído entre 1950 e 1970.

A aplicação do índice de dissimilaridade (Gibbs, 1965, Schmink, 1977) que é uma medida sumarizadora das diferenças entre os sexos e que foi calculada por Schmink para o caso da Venezuela, mostrou-se ineficaz para o caso brasileiro, provavelmente devido à alta correlação entre ocupação e setor de atividade, que se observa na classificação adotada pelo Censo brasileiro, na qual se baseou todo este trabalho. É possível que o efeito desta associação entre ocupação e setor não esteja presente na classificação adotada pelo Censo venezuelano ou que o fato de ter utilizado dados do Censo para 1950 e da Amostra de Domicílios para 1970 o tenha eliminado (Schmink, 1977, p. 164, fontes da Tabela 4).

Por outro lado, a padronização desse índice, tal como foi proposta por Gibbs (1965) e aplicada por Schmink (1977), introduz uma medida artificial, distorcendo ainda mais os resultados, uma vez que pressupõe a existência de uma distribuição ocupacional na qual todas as categorias tenham igual número de participantes o que, ao que se tem notícia, não ocorre, de fato, em sistema social algum.

Um índice global não-padronizado de dissimilaridade³, pelas razões acima apontadas, foi então calculado para cada período, com a intenção de verificar se as diferenças de participação na força-de-trabalho, por sexo, teriam se acentuado entre os setores de atividade econômica e entre os grupos ocupacionais.

Essa medida indicaria a porcentagem mínima de mulheres que teriam que mudar de ocupação para que sua distribuição na força-de-trabalho, por setor de atividade econômica ou por categoria ocupacional fosse idêntica à distribuição dos homens (Gibbs, 1965, p. 161).

A finalidade de calcular um índice geral foi não apenas a de controlar o efeito observado, da elevada correlação entre ocupação e setor de atividade, mas

3 O índice de dissimilaridade é uma medida que representa a soma das diferenças percentuais positivas e negativas de uma determinada variável. O índice global não-padronizado baseia-se nas diferenças entre as porcentagens de homens e de mulheres sobre a força-de-trabalho total em cada setor de atividade econômica e em cada categoria ocupacional e pode ser representado pela fórmula:

$$D = \left(\frac{\sum |X - Y|}{2} \right)$$

onde X é a porcentagem de homens em cada setor de atividade econômica ou em cada categoria ocupacional sobre a força-de-trabalho global, sendo Y a porcentagem semelhante para o caso das mulheres.

D é o índice de dissimilaridade, ou a metade da soma das diferenças positivas e negativas entre as distribuições percentuais.

As porcentagens de homens e de mulheres no total dos setores de atividade e no total das categorias ocupacionais, a partir das quais foram calculados os índices globais de dissimilaridade por setor e por ocupação se encontram na Tabela 5.

também a de obter uma visão global da segregação entre os sexos na força-de-trabalho como um todo e não somente dentro de cada setor ou de cada grupo de ocupações.

TABELA 6

INDICES GLOBAIS NÃO-PADRONIZADOS DE DISSIMILARIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Dissimilaridade	Ano	
	1950	1970
por Setor de Atividade Econômica	24,8	32,9
por Grupo Ocupacional	24,3	28,8

Como se pode observar pela Tabela 6, os índices de dissimilaridade aumentaram ao longo do tempo tanto por setor como por grupo ocupacional, sendo ainda mais significativo esse aumento por setor de atividade econômica. Esse fato sugere que cada vez maior número de mulheres deveriam mudar de ocupação para que a alocação da força-de-trabalho, por sexo, se tornasse mais equilibrada, o que mostra que, de fato, a segregação ocupacional está aumentando. É importante assinalar que esses índices, baseados em categorias amplas, são subestimativas da segregação real, uma vez que cada categoria reúne um conjunto heterogêneo de ocupações, entre as quais também existe um alto grau de segregação. É o que veremos a seguir, nas Tabelas 7 e 8, nas quais examinamos algumas categorias em particular.

O exame da composição interna do setor industrial, apresentado na Tabela 7, é bastante revelador da segregação ocupacional, pois mais de 80% das mulheres na indústria se concentravam e continuam a fazê-lo, em 1970, em apenas um ramo industrial, o das indústrias têxteis e de vestuário. Há ligeiro aumento da participação feminina nas indústrias mecânicas, metalúrgicas e elétricas, porém esse aumento é pouco significativo, uma vez que as mulheres que participam desse ramo industrial, em 1970, representam apenas 0,2% da força-de-trabalho feminina global.

A distribuição dos operários, bem mais equilibrada, sofre ligeira alteração no período 50-70, devido, principalmente, ao aumento na porcentagem de homens nas indústrias de construção civil. Ocorre também, nesse período, aumento na participação dos operários masculinos no grupo das indústrias mecânicas, ao lado de decréscimo nessa participação nas indústrias de cerâmica, vidro, madeira, móveis e couro, bem como nas indústrias têxteis. Enquanto, em 1950, os homens participavam mais intensamente de quatro ramos industriais, em 1970 passam a fazê-lo em apenas três, porém a maior porcentagem de operários em um ramo industrial, o da construção civil, não ultrapassa 36%, muito menor portanto, do que a concentração das mulheres no ramo têxtil.

O cálculo do índice não-padronizado de dissimilaridade entre os operários de ambos os sexos confirma a ocorrência e a intensificação do fenômeno da segregação ocupacional, dentro do setor industrial. Em 1950 a segregação ocupacional interna, nesse setor, atingiu o elevado índice de 73,6. Calculado para 1970,

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OPERÁRIOS NA INDÚSTRIA, POR SEXO E RAMO INDUSTRIAL, 1950-1970

Ramos Industriais	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Mecânica, metalúrgica e elétrica	19,9	0,6	25,1	2,1
2. Cerâmica, vidro, madeira, móveis e couro	22,4	2,8	16,5	2,9
3. Gráfica	1,8	0,9	1,7	1,3
4. Têxtil e Vestuário	14,1	83,8	7,7	80,9
5. Alimentação e bebidas	4,4	1,5	3,7	2,4
6. Construção civil	27,4	0,3	36,0	0,7
7. Extração mineral	3,9	0,1	2,7	0,2
8. Outras ocupações da indústria	6,0	9,9	6,7	9,5
Total na Indústria	100,0 (1.842.133)	100,0 (467.077)	100,0 (3.856.558)	100,0 (675.308)

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Tabela 26.

VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

TABELA 8

PORCENTAGENS DE HOMENS E DE MULHERES NAS OCUPAÇÕES
TÉCNICAS, CIENTÍFICAS E AFINS, SOBRE A FORÇA-DE-TRABALHO
TOTAL MASCULINA E FEMININA, 1950-1970 (*)

Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Engenheiros, arquitetos, agrônomos, agrimensores, topógrafos e cartógrafos	0,1	0,01	0,4	0,1
2. Químicos, farmacêuticos, práticos de farmácia e laboratoristas	0,2	0,2	0,2	0,2
3. Professores e funções auxiliares	0,2	5,6	0,5	10,4
4. Advogados e magistrados	0,2	0,1	0,2	0,1
5. Médicos, veterinários, par- teiros, enfermeiros e mas- sagistas, dentistas e proté- ticos	0,4	1,3	0,5	2,1
6. Artistas plásticos, escrito- res e jornalistas, músicos, artistas de cinema, teatro e circo, cinegrafistas, fotó- grafos, locutores e artistas de rádio	0,2	0,2	0,3	0,2
7. Outras ocupações técnicas ou profissionais: religiosos, naturalistas, astrônomos, metereologistas, desenhis- tas, não especificados	0,1	0,3	0,1	0,6
Total nas ocupações técnicas, científicas e afins	1,4	7,7	2,1	13,7
	100,0	100,0	100,0	100,0
Total da força-de-trabalho	(14.609.798)	(2.507.564)	(23.218.065)	(6.120.402)

(*) Para o cálculo dessa tabela, só foram consideradas as ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins relacionadas em ambos os Censos. Algumas ocupações desse grupo, que aparecem apenas no Censo de 1970, como a de sociólogos, matemáticos, economistas e estatísticos foram deixadas de lado.

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

o índice de dissimilaridade, nesse grupo ocupacional, chega a 76,1.

Na Tabela 8 são examinadas as ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins, nas quais a participação feminina tem sido sempre mais intensa, de modo geral, do que a dos homens.

De fato, enquanto a porcentagem da força-de-trabalho masculina concentrada nas ocupações técnico-científicas não ultrapassa 2,1 % em 1970, no caso das mulheres essa porcentagem, que já era bem maior em 1950, ainda sofre um aumento da ordem de 6% de 50 para 70. O exame da composição interna da tabela, no entanto, revela que a elevada porcentagem de mulheres nesse grupo ocupacional é devida, sobretudo, a grande concentração do sexo feminino no gru-

po de professores e de funções auxiliares, que já era grande em 1950 e que praticamente dobrou em 1970.

Também no grupo de médicos, veterinários e parteiros a participação de mulheres era relativamente acentuada em 1950, se comparada à dos homens. Nesse grupo de ocupações essa participação aumenta para 2,1 % da força-de-trabalho feminina global, provavelmente antes devido a um incremento no número de enfermeiras e de parteiras do que na quantidade de médicas, ainda que os dados assim agrupados não permitam que essa suposição seja confirmada.

A desigual participação de mulheres nas ocupações técnicas, científicas e artísticas, contrapõe-se a participação equilibrada do sexo masculino em ambos os períodos, nesse grupo de ocupações. Em nenhuma

das categorias a participação dos homens ultrapassa 0,5 % da força-de-trabalho masculina global, mesmo naquelas nas quais a participação dos homens se acentuou no período considerado, como na de engenheiros ou na de professores.

Curiosamente, o índice de dissimilaridade, calculado para esse grupo ocupacional, diminuiu de 53,2 em 1950, para 54,4 em 1970, o que pode ser explicado por uma ligeira redução das diferenças entre os sexos no grupo dos químicos, farmacêuticos e laboratoristas, entre os advogados e magistrados e entre os médicos, parteiros e enfermeiros. Ainda que o índice tenha

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA-DE-TRABALHO:

Partindo do pressuposto que, caso homens e mulheres fossem igualmente distribuídos na força-de-trabalho, haveria 50% de cada um dos sexos em cada categoria, consideraram-se como ocupações femininas aquelas em que se concentram mais de 50% de mulheres enquanto, por oposição, as ocupações masculinas seriam aquelas onde a participação do sexo masculino seria superior a 50%.

Um exame atento nos dados apresentados na Tabela 9 indica, em primeiro lugar, que aquelas ocupações que já eram femininas em 1950 continuaram a sê-lo em 1970 aumentando porém, ainda mais, a participação de mulheres em todas elas. Nas ocupações técnicas, científicas e afins no setor de Atividades Sociais, a taxa de participação feminina chega a ser praticamente de 80%, em 1970, enquanto nas ocupações relativas à prestação de serviços, nesse mesmo setor, ela chega perto de 87% e, nesse mesmo grupo ocupacional, no setor de Prestação de Serviços, a taxa de participação feminina atinge 90%. Verifica-se que o número de professoras, enfermeiras, empregadas domésticas e empregadas em colégios, em hospitais ou em outras organizações ligadas ao setor de Atividades Sociais, que já era acentuado em 1950, tornou-se ainda maior vinte anos depois.

Além desses três grupos de atividades, o aumento feminino foi também considerável nas ocupações administrativas, principalmente no setor de Atividades Sociais, onde a porcentagem de mulheres ultrapassou 50%, tornando-se essa uma categoria feminina. O incremento feminino nas ocupações administrativas ocorreu porém em todos os setores, indicando possivelmente um aumento do número de secretárias, datilógrafas ou bibliotecárias, ocupações que se incluem nessa categoria.

A presença da mulher também se acentuou, nas ocupações ligadas ao comércio, em todos os setores. No setor de Atividades Sociais a participação feminina em ocupações ligadas ao comércio já era relativamente grande e se acentuou um pouco mais. No setor de Administração Pública, no entanto, tal par-

diminuído, no entanto, deve-se ter presente, principalmente, o fato de ser ele extremamente elevado, tanto em 1950 como em 1970, sobretudo se comparado aos índices globais anteriormente apresentados.

Em que medida a desigual distribuição entre os sexos reflete a existência de diferentes oportunidades de emprego para homens e para mulheres? Um exame na evolução das taxas de participação feminina — indicadas pelas porcentagens de mulheres sobre o total de ambos os sexos em cada categoria — por ocupação e por setor de atividade econômica, no período de 1950 a 1970, pode oferecer algumas respostas.

ticipação era pouco significativa mas quadruplicou no período analisado.

A crescente participação da mulher no setor público é uma tendência que tem sido apontada em diversos estudos sobre o trabalho feminino. É provável que os salários pagos pelo governo, inferiores em geral aos do setor privado, tornem o setor público menos atraente para o sexo masculino e, conseqüentemente, de mais fácil concorrência para a mulher. Outro aspecto, porém, também merece ser considerado: no emprego público, os sistemas de admissão e de avaliação, bem como o de promoções baseiam-se, em geral, em critérios «universalistas» como os concursos, que levam em conta antes a capacidade e o desempenho do candidato do que suas características de sexo ou de cor.

A atração exercida pelo serviço público sobre as mulheres residiria ainda na regularidade de horários e na segurança oferecida a elas pela situação de trabalho (Bruschini, 1977).

Finalmente, nas ocupações relativas à prestação de serviços, que inclui ocupações domésticas remuneradas, serviços de alimentação e de higiene pessoal e atletas profissionais, a mulher teve sua participação acentuada ao longo do tempo em todos os setores, exceto no Industrial e no de Outras Atividades. No primeiro o alijamento do sexo feminino foi um fenômeno generalizado, já mencionado neste trabalho. Somente nas ocupações administrativas é que a mulher obteve certo ganho em sua participação no setor secundário, nos últimos anos. Ao pesquisar a mulher na indústria paulista, Blay (1972) encontrou número extremamente significativo de secretárias, até mesmo entre aquelas que tinham nível universitário de escolaridade. Aparentemente a mulher vem sendo expulsa do setor industrial principalmente no que diz respeito às atividades diretamente ligadas à produção e às atividades técnicas e científicas, nas quais sua participação também se reduziu bastante.

No setor de Outras Atividades a interpretação para o declínio na participação feminina em ocupações

TABELA 9

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA NA FORÇA-DE-TRABALHO, POR OCUPAÇÃO E POR SETOR DE ATIVIDADE, 1950-1970

Categorias Ocupacionais	Ano	Setores de Atividades Econômicas								Totais
		Atividades Industriais	Comércio de Mercadorias	Prestação de Serviços	Transportes, Comunicações e Armazenagem	Atividades Sociais	Administração Pública	Outras Atividades		
1. Ocupações relativas à indústria (produção manufatureira, construção civil e extração mineral)	1950	18,0	16,3	31,0	0,3	12,7	1,2	4,7	20,9	
	1970	10,7	14,6	35,4	0,9	11,6	2,2	5,1	14,9	
2. Ocupações administrativas	1950	13,4	8,4	15,2	20,3	48,0	29,7	19,0	12,4	
	1970	18,7	14,6	19,0	21,0	58,6	35,0	26,3	21,1	
3. Ocupações técnicas, científicas e afins	1950	13,9	7,8	19,9	4,4	74,6	10,7	15,3	48,7	
	1970	9,0	13,0	14,0	8,6	79,4	19,3	12,7	59,8	
4. Ocupações relativas ao comércio e atividades auxiliares	1950	9,7	10,3	11,4	5,9	30,3	3,8	2,6	10,0	
	1970	12,3	19,2	20,2	12,5	32,1	17,8	7,9	18,2	
5. Ocupações relativas ao transporte e comunicações	1950	1,8	2,4	6,9	2,9	5,9	1,3	15,5	2,6	
	1970	2,2	3,8	12,9	3,9	12,1	3,1	32,4	3,9	
6. Ocupações relativas à prestação de serviços	1950	49,6	29,4	83,2	6,9	81,9	17,7	63,7	82,5	
	1970	47,8	45,4	90,0	17,0	86,8	38,7	46,1	89,3	
7. Ocupações relativas à Defesa Nacional e Segurança Pública	1950	—	—	—	—	—	0,03	—	0,04	
	1970	0,7	1,5	—	—	3,9	0,4	2,0	3,7	
8. Outras ocupações	1950	17,2	6,2	8,8	2,2	22,2	6,0	14,2	13,0	
	1970	14,4	8,5	15,9	2,9	35,4	18,1	21,0	17,4	
TOTAIS	1950	17,0	9,3	55,4	4,1	53,8	8,7	14,8	14,7	
	1970	12,0	16,4	65,9	4,96	67,2	13,9	21,5	20,9	

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Tabela 16.

relativas à prestação de serviços é bastante prejudicada tendo em vista o fato desse setor englobar, junto às atividades não especificadas, outras, tão importantes quanto díspares, como é o caso dos profissionais liberais e das atividades relativas ao comércio de imóveis. Examinando os dados brutos, observa-se ser

maior o número de cozinheiros, de garçons e mesmo de empregados domésticos nesse grupo de ocupações, nesse setor. É bem provável que em grandes escritórios ou firmas comerciais de maior porte se dê preferência ao sexo masculino em atividades como essas que, na esfera doméstica (exceto a de garção), são essencialmente femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Segundo Merton (in Epstein, 1971) a sexualização das ocupações ocorre quando a grande maioria dos que estão em uma determinada ocupação são de apenas um sexo e quando há uma expectativa social de que deva ser assim.

Quando uma ocupação é sexualizada, o «status» sexual da pessoa que é do sexo minoritário naquela ocupação se torna mais evidente do que o seu «status» ocupacional propriamente dito. A processo de sexualização das ocupações, apesar de também afetar os homens em carreiras femininas, ocorre com maior intensidade entre as mulheres. Além disso, o fenômeno é universal, atingindo países capitalistas ou socialistas e em diferentes estágios de desenvolvimento. Uma mesma ocupação, porém, pode ser definida como «masculina» ou como «feminina» em diferentes contextos. Assim é que a medicina, na União Soviética, é considerada uma profissão feminina, enquanto nos Estados Unidos e na maior parte dos países capitalistas ocidentais, ela é uma carreira masculina. Sabe-se, porém, que naquele país a medicina não goza de elevado prestígio, nem seus ocupantes recebem altos salários, como parece ocorrer nos países ocidentais.

Explicações que associam a natureza ou o temperamento de cada um dos sexos às ocupações que desempenham não passam, portanto, de racionalizações «a posteriori», que serviriam para justificar a desigual distribuição dos sexos pelas ocupações. Na verdade, o que se percebe é que a sexualização reflete também uma hierarquização, na medida em que, enquanto os homens detêm as posições de mais alto prestígio, as mulheres encontram ocupação apenas em posições secundárias.

Weisskoff (1972) chama atenção para duas dimensões do mesmo fenômeno. De um lado o que existe é a concentração ocupacional, isto é, as mulheres se concentram em pequeno número de empregos, principalmente se comparadas aos homens, que se espalham por um número muito maior de ocupações. De outra parte, ocorre a segregação ocupacional propriamente dita, mecanismo através do qual o aumento de mulheres na força-de-trabalho tem sido dirigido para empregos tradicionalmente femininos ou para ocupações que passam a ser femininas apesar de, originalmente, terem sido masculinas.

A segregação ocupacional refletiria a tradicional divisão de tarefas entre homens e mulheres que ocorre internamente, dentro da família e seria responsável pela preservação de uma característica básica, a não-competição, contribuindo para a manutenção da hierarquia ocupacional por sexo. Por outro lado, o mecanismo de segregação atua sobre a oferta e a procura de mão-de-obra, restringindo as oportunidades de emprego para a mulher: através do processo de socialização, formal e informal, ele atua sobre a oferta de mão-de-obra, na medida em que encaminha as jovens para ocupações tidas como «próprias» para a mulher; do lado da procura de mão-de-obra ele é responsável pela incorporação, por parte tanto dos empregadores como dos próprios colegas de trabalho, de preconceitos inteiramente sem fundamento que discriminam a mulher no trabalho.

Talvez o efeito mais importante da segregação ou sexualização das ocupações, além de ser um fator limitador da participação da mulher na força-de-trabalho, seja aquele que acarreta sobre os diferenciais de salário e de «status» entre os trabalhadores masculinos e os femininos. A segregação ocupacional provoca o surgimento de um «mercado de trabalho dual», que permite explicar as diferenças de salário entre homens e mulheres em termos da análise da oferta e da procura. Na medida em que a procura de mão-de-obra feminina se restringe a pequeno número de empregos, enquanto a oferta de mão-de-obra desse sexo é grande e tende a crescer, os salários das mulheres continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens pelo simples fato de haver grande quantidade de mão-de-obra concentrada em pequeno número de «trabalhos de mulher». Da mesma forma, esses trabalhos de mulher são os de menor prestígio, porque refletem a posição do sexo feminino na sociedade mais ampla.

Dados recentemente publicados pelo Dieese⁴ sobre a evolução salarial do magistério no Estado de São Paulo, de 1963 a 1978, indicam uma queda acentuada, da ordem de 47%, no valor da hora/aula paga ao professorado paulista. Ainda que essa queda seja parte de um processo mais amplo de deterioração salarial que atinge atualmente o trabalhador brasi-

4 Jornal Folha de São Paulo, 29 de agosto de 1978, p. 16.

leiro, não seria talvez acentuada pela crescente «feminização» do magistério?

A análise dos dados apresentados mostrou que, apesar da participação feminina na força-de-trabalho brasileira ter aumentado, no período analisado (14,6% das mulheres de mais de 10 anos de idade faziam parte, em 1950, da força-de-trabalho, enquanto 18,5% passaram a fazê-lo vinte anos depois), a expansão do emprego feminino, de modo geral, continua a se concentrar em reduzido número de ocupações, tradicionalmente femininas, no setor terciário, ao mesmo tempo que a expulsão da mulher das atividades industriais tem sido um fenômeno constante e significativo.

É bastante questionável, portanto, a afirmação de que o desenvolvimento econômico acarretaria, como uma de suas naturais conseqüências, a maior participação da mulher em atividades economicamente produtivas. Pelo contrário, o aumento da segregação ocupacional por sexo, nas duas décadas focalizadas neste trabalho, reflete o pequeno número de oportunidades de emprego que ainda se apresentam, no mercado de trabalho, para o sexo feminino.

Para as mulheres das classes menos favorecidas e com baixo nível de instrução, as possibilidades de trabalho se reduzem às ocupações relativas à prestação de serviços, seja nos limites da esfera doméstica, seja em organizações e empresas inseridas no setor de atividades sociais. Aos elementos do sexo feminino com nível mais elevado de escolaridade, em geral provenientes das camadas média e alta da população, as oportunidades de trabalho sem dúvida são melhores. Miranda (1976) mostrou, analisando também dados dos Censos de 1950 e de 1970, que a educação tem um efeito positivo sobre a participação feminina na força-de-trabalho, que tende a aumentar à medida em que se torna mais elevado o nível de escolaridade da mulher. No entanto, é pouco significativo, no conjunto da população feminina, a porcentagem de mulheres com alto nível de instrução, o que faz com que esse efeito positivo da educação seja muito reduzido na força-de-trabalho global.

É nas ocupações técnicas, científicas e afins que a mulher de instrução mais elevada, em geral, vai se alocar ao ingressar na força-de-trabalho. O exame dos dados sobre a participação feminina nesse conjunto de ocupações — bastante alta se comparada à do sexo oposto —, é, no entanto, revelador, pois mostra a intensa concentração de mulheres no magistério e em suas funções auxiliares, concentração essa que, se já era grande em 1950, praticamente dobrou nas décadas posteriores. A «feminização» crescente do magistério enquanto ocupação é acompanhada, simultaneamente, por um processo de «feminização» equivalente dos cursos de nível superior que preparam para o exercício dessa carreira, como foi apontado por Barroso e Mello (1975), o que vem confirmar que a

educação formal, ao lado de uma socialização ambivalente, que define o trabalho como uma atividade secundária para a mulher, são processos que se combinam para encaminhá-la, quando ingressa na força-de-trabalho, para pequeno e pré-estabelecido número de ocupações. Quando não quer ser docente, resta à mulher desse nível a possibilidade de ingressar na área da saúde, de preferência sendo parteira ou enfermeira.

São talvez as mulheres de nível médio de instrução as que mais vem tendo aumentadas, nos últimos anos, as oportunidades de emprego. Nas ocupações administrativas, bem como naquelas ligadas ao comércio, a participação do elemento feminino tem se acentuado gradativamente nos últimos tempos, o que pode ser explicado como uma decorrência da industrialização, que tende a aumentar as atividades burocráticas e comerciais. Segundo Miranda (1976) porém, essas atividades estão principalmente limitadas às mulheres solteiras de status sócio-econômico alto e médio, pois entre as casadas de qualquer estrato social essa participação se reduz consideravelmente.

Além do protecionismo da legislação trabalhista em relação à mulher, cujo efeito é o de discriminá-la ainda mais, o trabalho feminino se caracteriza também pelas diferenças salariais, quando comparados trabalhadores de sexos opostos em funções semelhantes. A sexualização das ocupações, indicada pelos dados expostos neste trabalho contribui, em grande parte, para que os salários recebidos pelos trabalhadores do sexo feminino se deterioreem cada vez mais, na medida em que reduz as oportunidades de emprego, para mão-de-obra em contínua expansão, a pequeno número de ocupações.

Essas características, se são peculiares ao trabalho feminino, nem por isso deixam de constituir, no Brasil como na maior parte dos países latino-americanos, mais um sintoma de sua condição de nação dependente do capitalismo central. No sistema capitalista, o aumento da produtividade do trabalho, dada a crescente utilização de tecnologia avançada, é de tal ordem que somente a expansão do sistema e sua reprodução continuamente ampliada podem assegurar a manutenção e inclusive a elevação da demanda de força-de-trabalho. Nos países periféricos, porém, é muito mais agudo o problema do desequilíbrio entre a demanda e a oferta da força-de-trabalho pois, devido ao seu elevado índice de crescimento demográfico e à sua baixa capacidade de expansão, as sociedades capitalistas dependentes produzem um enorme excesso de mão-de-obra. Segundo Saffiotti, a «periferia» do sistema capitalista internacional apresenta uma demanda de força-de-trabalho cronicamente débil, o que permite caracterizá-la como altamente excludora de imensas reservas de mão-de-obra, sobretudo feminina (Saffiotti, 1975, p. 42).

A situação da mulher no trabalho, ainda que atingida por obstáculos específicos à sua condição de sexo, é parte, portanto, de uma conjuntura muito mais ampla, que afeta o trabalho de ambos os sexos. Por esse motivo, somente quebrando as cadeias da depen-

dência econômica e através de um profundo processo de transformação estrutural é que a situação, não só da mulher, mas do trabalhador de modo geral passará a apresentar perspectivas mais animadoras.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, C.L.M. e MELLO, G.N. de. «O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro», *Cadernos de Pesquisa* 15, Fundação Carlos Chagas, 47-77, 1975.
- BLAY, Eva A. *A mulher e o trabalho qualificado na Indústria Paulista*, tese de doutoramento, 2 vols. 1972.
- . *Trabalho Doméstico: a mulher na indústria paulista*, São Paulo, Ática, 1978.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. *A formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil*. Convênio MTE/SENAI/SENAC. Rio de Janeiro, SENAI/DN, 1976.
- BRUSCHINI, M.C.A. *Mulher e trabalho: estudo de algumas profissões de nível universitário*, tese de mestrado, 1977.
- CARDOSO, F.H. *Mudanças Sociais na América Latina*. Difusão Européia do Livro, 1969.
- CARDOSO, F.H. e REYNA, J.L. «Industrialização, Estrutura Ocupacional e Estratificação Social na América Latina», in Cardoso, F.H., *Mudanças Sociais na América Latina*, Difusão Européia do Livro, 1969.
- EPSTEIN, C.F. *Woman's Place: Options and limits in professional careers*, University of California Press, 1971.
- FUNDAÇÃO IBGE, Censo Demográfico-Brasil, VI Recenseamento Geral, 1950.
- . Censo Demográfico-Brasil, VIII Recenseamento Geral, 1970. Série Nacional, volume 1.
- GIBBS, Jack P. «Occupational Differentiation of Negroes and Whites in the United States», *Social Forces* vol. 44, nº 2, Dez. 1965.
- MADEIRA, F. e Singer, P.I. «Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970», *Cadernos CEBRAP* 13, Brasiliense, São Paulo, 1975.
- . «Structure of Female Employment and Work in Brazil: 1920-1970», *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 17, nº 4, nov. 1975, Sage Publications.
- MIRANDA, G.V. de, «Participación de la mujer en la fuerza de trabajo de una sociedade en via de desarrollo: el caso del Brasil», *Estudios de Poblacion*, vol. I, nº 11, nov. 1976.
- SAAD, Eduardo Gabriel, *Consolidação das Leis do Trabalho*, 11ª edição, São Paulo, Ltr, 1978.
- SAFFIOTTI, H.I.B. «Relaciones de Sexo y de classes sociales», in Elu de Leñero, M. del C. (org.), *La mujer en America Latina*, tomo II. México, 1975.
- SCHMINK, Marianne. «Dependent Development and the Division of Labor by Sex: Venezuela», *Latin American Perspectives*, número especial *Women and Class Struggle*, vol. IV, nºs 1 e 2, 1977.
- SINGER, Paul I. «Força-de-trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969», *Cadernos CEBRAP* 3, 1971.
- SULLEROT, E. *A mulher no trabalho: História e Sociologia*, Ed. Expressão e Cultura, Brasil, 1970.
- WEISSKOFF, F.B. «Women's Place in the labor Market», *The American Economic Review*, 1972, vol. 62, nº 2, pp. 161, 1966.

[Recebido para publicação em outubro de 1978]